

masculinidade na educação infantil: constituição e repercussões contemporâneas

masculinity in early childhood education: constitution and contemporary repercussions

Ana Paula Tatagiba Barbosa

Professora Associada da Faculdade de Serviço Social
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1847-9761>

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.13766211>

Resumo: No presente artigo são discutidas as bases sobre as quais se constitui um determinado cânone de masculinidade, notadamente, a partir do século XVIII. Os estudos apresentados nesse artigo baseiam-se na pesquisa desenvolvida no período de 2009-2012, ao longo do Doutorado, realizado na Pontifícia Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pretendendo consolidar-se como um norteador para as condutas sociais, as exigências e características indicadas para os homens forjaram um “modelo” que vem sendo posto em xeque, historicamente, pelas lutas feministas, já que, também, impactaram na conformação de requisições para as mulheres. Tal “modelo” tem como alicerce o sistema heteronormativo e repercute na implementação das políticas sociais. Assim, gênero, cuidado e violência se articulam na análise de suas repercussões no campo da política educacional, com destaque para a Educação Infantil.

Palavras-chave: (1) Gênero; (2) Masculinidade; (3) Mulheres; (4) Cuidado; (5) Violência.

Abstract: This article discusses the bases on which a certain canon of masculinity was constituted, notably from the 18th century onwards. The findings reported are based on doctoral research developed between 2009 and 2012, at the Pontifical University of Rio de Janeiro. Intending to consolidate itself as a guide for social conduct, the demands and characteristics indicated for men have forged a “model” that has been questioned, historically, by the feminist activism, as they have also had an impact on the formation of requests for women. Such “model” is based on a heteronormative system, which has repercussions on the implementation of social policies. Thus, gender, care and violence are articulated in the analysis of their repercussions in the field of educational policy, with emphasis on Early Childhood Education.

Keywords: (1) Gender; (2) Masculinity; (3) Women; (4) Care; (5) Violence.

Introdução

As primeiras décadas do século XXI seguem a demonstrar o quanto as desigualdades baseadas no gênero estão postas em xeque pelas últimas gerações, de forma cada vez mais contundente. A atuação de uma miríade de movimentos sociais, a organização de manifestações populares e recorrentes publicações em diversos espaços midiáticos são exemplares dos investimentos sociais para que mulheres e homens possam viver e relacionar-se de forma igualitária.

Na esfera da atuação do Estado, na condição de gestor da “coisa pública”, quando se trata de desenvolver ações com vistas à efetivação dos direitos sociais, a elaboração e a implementação de políticas sociais envolvem processos que, potencialmente, podem contribuir para que questões atentas ao gênero ganhem concretude. Contudo, esse também é um trabalho que depende fortemente de vontade política, organização e conscientização das equipes profissionais em cada política setorial, de forma específica, e requer lutas sociais para ser potencializado, tendo em vista a imprescindível participação da sociedade no usufruto dos direitos de cidadania aos quais as políticas sociais devem possibilitar.

Complexificando a análise dos processos sociais, esse artigo representa o esforço de estudar sobre os processos de constituição da masculinidade, tendo como suporte empírico as políticas educacionais, com ênfase na Educação Infantil. Assim, esse trabalho objetiva caracterizar os processos de estruturação social de um determinado cânone de masculinidade, reconhecendo os empecilhos à desnaturalização dos fazeres humanos baseados no gênero.

Para o alcance desse desiderato, inicialmente, estabelece-se um diálogo com referências inter e nacionais que nos permitem refletir sobre os estudos sobre os homens e masculinidade, a fim de que esses possam ser historicizados e criticados. Oferecendo o solo empírico para a discussão proposta, são resgatados, a seguir, os elementos principais de pesquisa realizada em creches públicas cariocas na qual se evidenciam as experiências dos homens que, ao vincularem-se a uma profissão reconhecida como “própria de mulheres”, desafiaram o padrão heteronormativo. O enfrentamento dos preconceitos e as desconfianças para que esses fossem mantidos em seus postos de trabalho oferecem relevantes elementos para o estudo das masculinidades, desde sua emergência nas sociedades modernas até a atualidade.

A constituição do canône masculino: uma ideia moderna

No âmbito internacional, o interesse pelo *masculino* como objeto de estudo remonta aos anos 1960, no bojo da segunda onda feminista e da emergência do movimento homossexual. Contudo, nos Estados Unidos e

Inglaterra, os *men's studies* já vinham “há algum tempo inspirando novos trabalhos” (HEILBRON & CARRARA 1998).

Em solo europeu, o homem - já em posição desconfortável de “coisa observada”, agora ele também, alvo do “escrutínio alheio” - chegou aos anos 1980 observando o questionamento da sua unidade viril: “A classe, a idade, a raça ou a preferência sexual tornam-se fatores de diferenciação masculina” (BADINTER 1993:5), podendo-se falar à *la inglesa* de masculinidades. Concepção sobre a qual não se tem qualquer dúvida: os anos 1990 marcaram, no âmbito dos *men's studies*, a não utilização da idéia de “masculinidade única”, considerando sua pluralidade, reconhecendo a “plasticidade humana” (BADINTER 1993:27).

Nos anos finais do século XX, no Brasil, ocorreram vários eventos que comprovam o prosseguimento dessa tendência. Pretendendo uma aproximação com os estudos referentes às masculinidades, pode-se citar a realização de eventos, como: o *I Simpósio do Homem* - São Paulo (1985); o *I Seminário sobre Identidade Masculina* - Rio de Janeiro/1992 (NOLASCO 1995), o *IV Simpósio de Psicologia Analítica da Associação Junguiana do Brasil*, cujo tema foi “O masculino em questão” - Rio de Janeiro (1996) (BOECHAT 1997) e o *I Encontro Paranaense de Estudos de Gênero: Mulheres, Homens e Relações de Gênero no III Milênio* - Curitiba/1998 (ADELMAN & SILVESTRIN 2002).

Maria Luiza Heilbron e Sérgio Carrara (1998) assinalam que a temática ganhou relevância, a partir dos estudos de gênero e sexualidade, análise que é acompanhada por Almeida (1995) e Giffin (2005). Foi assim que a emblemática ascensão do homem à condição de objeto de estudo conferiu visibilidade a um sujeito que, até os anos 1970, bastava-se como sinônimo de “humanidade”: falar do Homem/homem remetia a todo ser humano (HEILBRON & CARRARA 1998:373; BADINTER 1993:5). Avaliam que, para além das reivindicações feministas, os anos 1990 foram marcados pela realização de conferências internacionais importantes - *Conferência Mundial de Direitos Humanos* (Viena, Áustria, 1993), *Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento* (Cairo, Egito, 1994), *Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social* (Copenhague, Dinamarca, 1995) e *IV Conferência Mundial sobre a Mulher* (Beijing, China, 1995) - nas quais o envolvimento dos homens foi apontado como fundamental, tendo em vista a efetiva implementação das políticas sociais relacionadas à sexualidade e aos Direitos Humanos. Nestes eventos, os temas violência doméstica e disseminação da AIDS entre mulheres com parceiros fixos foram destacados (HEILBRON & CARRARA 1998:372).

Diante desse cenário, é importante situar a obra de autores internacionais como Almeida (1995), Elisabeth Badinter (1993) e Pierre Bourdieu (2010), que têm fundamentado importantes trabalhos sobre a temática desenvolvidos no Brasil.

Rico trabalho etnográfico realizado durante um ano na aldeia portuguesa de Pardais, forneceu o suporte empírico para que o antropólogo português Miguel Almeida (1995) revisse, em *Senhores de si...*, como as questões de gênero foram colocadas desde o seu mito fundador - a gênese bíblica - até o século XX. Socializando o aprendizado obtido ao longo do seu “*esforço para explicitar os processos e relações sociais que constituem a masculinidade hegemônica [monogâmica, heterossexual e reprodutiva], o modelo central que subordina as masculinidades alternativas*” (ALMEIDA 1995:15-16), analisa que este ideal de masculinidade têm justificado a vigilância exercida sob as diferentes expressões do homem, como as atitudes diante dos conflitos, o jeito de falar e de vestir-se (ALMEIDA 1995:155-242).

Para o autor, o conceito *masculinidade hegemônica*, cunhado por R. W. Connell (1997) é central, pois “*permite uma concepção mais dinâmica de masculinidade, entendida assim como estrutura de relações sociais, em que várias masculinidades não-hegemônicas subsistem*” (ALMEIDA 1995:150-155).

Raewyn W. Connell analisa que a

... masculinidad hegemónica no es un tipo de carácter fijo, el mismo siempre y en todas las partes. Es, más bien, la masculinidad que ocupa la posición hegemónica en un modelo dado de relaciones de género, una posición siempre disputable (CONNELL 1997).

Segundo Miguel Vale de Almeida, a hierarquização do “mundo masculino” e do “mundo feminino” evidenciou-se, durante a pesquisa que realizou, com a valorização do primeiro, em um contexto em que

... a desigualdade entre homens e mulheres não é vista como um processo social mas como uma realidade ontológica. Os dominadores não têm “complexo de culpa”, as(os) dominadas(os) resignam-se (ALMEIDA 1995:242).

Para Elisabeth Badinter, o “tornar-se masculino”, bem mais do que uma determinação genética, envolve requisições de variadas ordens (psicológica, social e cultural), tendo em mente o quanto “ser homem” implica um vigoroso trabalho (BADINTER 1993:3): o comportamento viril deve ser “fabricado” e o ser humano que o encarnará, passa a ser um “artefato”, já que, parece haver sempre a ameaçadora impressão de que pode dar uma pane, vindo a apresentar defeito (BADINTER 1993:4).

A autora parte da historicização da crise masculina desde o século XVII, na França, para caracterizar a questão da masculinidade nas sociedades industriais, com a reafirmação da virilidade masculina e o temor em relação à homossexualidade. A relação mãe-filho e o necessário processo de diferenciação masculina, bem como os ritos de iniciação que o

concretiza, também são mencionados pela autora que recorre à psicanálise para fundamentar esses pontos de vista.

As concepções “homem mutilado” e “homem reconciliado” oferecem o suporte para que Badinter discuta, em profundidade, tanto as repercussões dos processos psicológicos vividos pelos homens - engendrados a partir da relação estabelecida com a mãe - , quanto a necessidade de que se forje uma masculinidade baseada na androginia – alternativa para que os homens aliem a diferenciação masculina do universo feminino à reconciliação com sua própria feminilidade.

Além disso, a autora lembra que as mulheres trafegam muito bem por estes dois universos – masculino e feminino – e que os homens podem obter sucesso nesta mesma empreitada; muito embora, tais deslocamentos não sejam neles incentivados.

Em sua compreensão, a “revolução paternal” – com o exercício ativo da paternidade - seria o grande impulsionador do processo de reconciliação do homem antes mutilado, possibilitando-lhe dar um “salto triplo”:

... o requestionamento de uma virilidade ancestral, a aceitação de uma feminidade temida e a invenção de uma outra masculinidade, compatível com ela [a feminidade] (BADINTER 1993:188).

A partir da leitura de proposições de um outro intelectual francês, também tem-se a oportunidade de refletir sobre a contraposição “eterno/arbitrário” nas questões que conformam as relações de gênero. A observação de Pierre Bourdieu de que

... é preciso realmente perguntar-se quais são os mecanismos históricos que são responsáveis pela des-historicização e pela eternização das estruturas da divisão sexual e dos princípios de divisão correspondentes (BOURDIEU 2010).

Por esse processo de “eternização”, pretende o autor lembrar que

... aquilo que, na história, aparece como eterno não é mais que o produto de um trabalho de eternização que compete a instituições interligadas tais como a família, a igreja, a escola, e também, em uma outra ordem, o esporte e o jornalismo (BOURDIEU 2010:5).

Dessa foram, denunciar, cada vez mais, essa engenhosa engrenagem consiste em “reinsere na história e, portanto, devolver à ação histórica, a relação entre os sexos que a visão naturalista e essencialista dela arranca” (BOURDIEU 2010:5).

O autor vincula a masculinidade a uma espécie de “nobreza” (BOURDIEU 2010:75), desenvolvendo a discussão sobre a dominação masculina, articulando-a com violência simbólica

... violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exercer essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou (...) do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento (BOURDIEU 2010:8).

Aponta ele a necessidade de restituição à *doxa* e sua paradoxidade, *“demonstrando os processos que são responsáveis pela transformação da história em natureza, do arbitrário cultural em natural”* (BOURDIEU 2010:8); citando o sistema educacional como um *lócus* privilegiado dessa transmutação.

O psicólogo Sócrates Nolasco é um dos pesquisadores cujos trabalhos sobre masculinidade tornaram-se referência tanto no Brasil, quanto nos demais países da América Latina, sendo considerado um dos pioneiros nesta tarefa. Em seu entendimento, a tradição iluminista colaborou para o fortalecimento do modelo de masculinidade alicerçado sobre a virilidade - *“A representação social dos homens é constituída a partir do sexo”*-, *agressividade, determinação, exercício da posse e do poder* (NOLASCO 1995:15,18).

Para George Mosse, o processo de estipulação da masculinidade — ou *“a forma em que os homens confirmam o que pensam que é sua virilidade”* (MOSSE 2000:7) —, também se deu durante a Modernidade, estando estreitamente ligado à nova sociedade burguesa, que ganhara hegemonia no final do século XVIII, embora já circulassem noções referentes à virilidade anteriormente (MOSSE 2000:23).

Assim, o fenótipo adquiriu crescente ênfase, de forma que o referido século marcou o surgimento de *“un estereotipo masculino consistente”* e amplo, incluindo-se entre os *“atributos masculinos”*, não só a personalidade, mas também a aparência, o porte e a conduta dos homens (MOSSE 2000:25). De acordo com o autor, o padrão da beleza masculina era determinado pelo aspecto estético, desde o século XVIII.

Visando ao alcance desse patamar, a difusão da ginástica, a vinculação *“corpo-alma”* e *“grandeza moral-prática de exercícios físicos/cuidados corporais”* foram itens importantes. Ser homem, viver o *“valor masculino da modernidade”*, implicava *“... sobre todo como caballerosidad, lo que significaba proteger al débil y decir la verdad, así como salvar a las víctimas del fuego o los accidentes”* (MOSSE 2000:52). Dessa forma, força física e mental, com firme vontade, autoconfiança, perseverança, certa moderação e corpo belo, bem esculpido pelos exercícios físicos, além de saúde, higiene e detenção de habilidades motoras adquiridas através dos exercícios físicos e do esporte compunham o estereótipo masculino a ser forjado nos meninos desde a infância (MOSSE 2000:58). Em caráter complementar, certos parâmetros prestigiosos relativos às mulheres, do século XVIII até a contemporaneidade, não escaparam ao popular senso comum: o *“... cuerpo femenino ideal transmitía*

una belleza sensual, sexual, opuesta al cuerpo heroico del varón ideal" (MOSSE 2000:66).

Considerando ainda o cenário nacional, um dos pesquisadores que também se dedicou a estudos desse viés foi Pedro Paulo de Oliveira (2004), situando a emergência e consolidação de um padrão masculino idealizado, nos países ocidentais, a partir do final da Idade Média até a formação dos Estados-Nação e as instituições que lhes deram suporte, já na era Moderna. Como parte de um conjunto maior de construtos sociais, divulgados, inicialmente, pela aristocracia – tendo posteriormente a influência burguesa –, a masculinidade tal qual valorizada até bem recentemente, conforme o próprio Bourdieu (2010:103) comentara, foi se estruturando em paralelo à valorização da família nuclear. Esse grupo, a partir do século XVII, foi erigido à *"baluarte da relação conjugal monogâmica e do lar"*, loci da expressão dos afetos. Outras influências foram a ascensão e as alterações do sentido do duelo como mecanismo de defesa da honra e à organização das forças militares (OLIVEIRA 2004:23-31).

No que tange à defesa da honra, o autor afirma que na passagem do século XVIII para o XIX, a

... ênfase na bravura, na ousadia e no destemor desloca-se paulatinamente para a questão da firmeza, do autocontrole e da contenção. Não é à toa que, caso ambos os combatentes estivessem em condições [físicas] de fazê-lo, tornara-se cada vez mais frequente o aperto de mãos ao final do ritual (OLIVEIRA 2004).

Esse ideário foi, igualmente, influenciado por aspectos religiosos, jurídicos e epistemológicos, como observa Oliveira:

Ainda que pudesse também estimular e valorizar atributos guerreiros, no século XIX, a religião se incumbia, principalmente, de promover a moralidade tipicamente burguesa, enquanto o exército e os esportes cultivavam valores masculinos para a educação da virilidade. Uma das instituições mais importantes e que serviu de modo fundamental para veicular esse tipo de moralidade foi o casamento, visto como consequência natural na vida do cidadão comum e também como uma barreira contra os vícios e a degeneração (OLIVEIRA 2004:25).

Uma característica fundamental no processo de estipulação da masculinidade moderna também foi a cisão dos mundos feminino e masculino. Estes complementar-se-iam, entre muitos momentos e, principalmente durante o ato sexual entre um homem e uma mulher. Caminhar fora dessa orientação, alçava a pessoa – *"homens pouco masculinos"* e *"mulheres pouco femininas"* – à condição de *"inimigos/as da sociedade"* (MOSSE 2000:67), conforme salienta o autor:

... Para aquellos así marginados, la búsqueda de una identidad era tarea difícil y dolorosa. [...] La marginación de estos grupos no era algo nuevo; habían existido en los límites de la sociedad durante la Edad Media y al principio de los tiempos modernos; pero ahora su exclusión estaba sistematizada a medida que la sociedad moderna se hacía más estructurada y estaba más claramente definida (MOSSE 2000:69-70).

Convém observar, entretanto que se, por um lado, coube à Medicina um importante trabalho na luta contra os indivíduos que “... *amenazaban esa división de género que era tan crucial para la construcción de la masculinidad moderna*” (MOSSE 2000:94), as vanguardas literárias e artísticas e os meios de comunicação, a despeito do caráter ambíguo desses últimos – nem sempre favorecedores da emancipação humana em relação aos ditames referentes ao gênero – contribuíram, por sua vez, para colocar em xeque os conhecidos modelos normativos (MOSSE 2000:95; WAGNER 1999:66; CASTLE 1999:197).

Por fim, podese afirmar que “*A masculinidade destacou-se como um valor básico sobre o qual a sociedade burguesa construiu sua autoimagem*” (OLIVEIRA 2004:78). Esse quadro ganhou contornos ainda mais firmes com a revolução burguesa de 1789; a partir da qual “*mais do que nunca a mulher passa a ser vista como um complemento do homem*” (OLIVEIRA 2004:72), criada para servi-lo, havendo um verdadeiro culto à sua domesticidade.

Homens na Educação Infantil carioca

Os processos educativos são credores de legítimas expectativas relacionadas a mudanças sociais e, não por acaso, são muitos os investimentos para que, a cada geração, as sociedades consolidem “o seu melhor” em termos de realização civilizacional. Diversas são as frentes de trabalho existentes a fim de que, paulatinamente, os parâmetros de efetiva concretização da cidadania se alarguem. Em um constante movimento de denúncias de erros e lutas por justiça, igualmente se estabelecem embates sociais de variada ordem, vindo à luz um “cabo de guerra” em torno da verdade e do poder de dizê-la. Afinal, conforme Michel Foucault,

... as relações de poder são relações de força, enfrentamentos, portanto, sempre reversíveis. Não há relações de poder que sejam completamente triunfantes e cuja dominação seja incontornável (FOUCAULT 2010:232).

Os relatos de pesquisa apresentados nesse trabalho oferecem nova oportunidade para o dimensionamento dos desafios que estão postos quando os ditos “padrões de gênero” são “transgredidos”. O ano: 2008. O contexto:

da política educacional carioca, que buscava ajustar-se ao que propugnava a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* vigente, dava conta da criação o cargo de *Agente Auxiliar de Creche* (AAC) na estrutura funcional da *Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro*.

Em conformidade com a Lei Municipal Nº 3.985/2005, o acesso ao cargo de AAC deu-se através de concurso público e exigiu-se o Ensino Fundamental completo, bem como o cumprimento de 40 horas semanais para realizar, entre outras, as seguintes tarefas:

... participar da execução das rotinas diárias, de acordo com a orientação técnica do educador (...) responsabilizar-se pela alimentação direta das crianças; cuidar da higiene e do asseio das crianças (RIO DE JANEIRO 2005).

A fim de conhecer as trajetórias profissionais das/dos agentes auxiliares de creche, bem como as repercussões da inserção dos homens nas creches públicas cariocas e; compreender em que medida a reflexão sobre a inserção masculina em um território feminino pode contribuir para o restabelecimento de relações de gênero historicamente assimétricas, realizou-se pesquisa, concluída em 2013.

Durante o trabalho de Campo foram visitadas oito *Coordenadorias Regionais de Educação*, tendo sido visitadas 22 instituições de Educação Infantil. Cento e cinquenta e cinco pessoas foram convidadas a participar da pesquisa, entre AACs (homens e mulheres), gestoras ocupantes dos cargos de Direção e Professora Articuladora. Dezenove profissionais (18 AAC e uma diretora de creche) concordaram em conceder entrevista. Das 19 entrevistas realizadas, nove puderam ser gravadas e seguem analisadas a seguir.² Essas entrevistas foram realizadas com base em um roteiro norteador, semi-estruturado. Os dados foram estudados à luz da Análise do Discurso (AD), com base nos escritos sobre o discurso, elaborados por Michel Foucault.

Cumprir observar que o trabalho em AD, de acordo com as pistas elaboradas por Michel Foucault, é bastante desafiador. Assim, pouco importa para o autor "*... análises que se referem ao campo simbólico ou das estruturas significantes*" (FOUCAULT 2010^a:5). Uma questão enfatizada pelo

² Convém contextualizar que as nove entrevistas que fazem parte do corpus em análise foram gravadas nas dependências das creches visitadas. Majoritariamente, utilizou-se o horário de repouso das crianças ou um momento em que o/a entrevistado/a pudesse ser substituído/a por outro/a profissional. Sete entrevistas foram realizadas individualmente. Em uma ocasião, as educadoras solicitaram a realização da entrevista em dupla, o que foi prontamente feito. O tempo de duração das entrevistas variou entre 18 e 47 minutos. As entrevistas gravadas foram transcritas pela própria pesquisadora. O trabalho foi realizado com o aval do *Comitê de Ética em Pesquisa*, vinculado à *Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro*, conforme CAAE nº 0709.0.000.314-11, de 06 de junho de 2011 (BARBOSA 2013).

filósofo oferece o pontapé inicial para esse trabalho: “... como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?” (FOUCAULT 2010b:30). Assim, inicialmente, alguns educadores fazem referência a um “esperado deslocamento”, embora haja referência à tranquilidade de quem logo se situou. Sobre as primeiras reações, compartilham:

Relato 1

[Abordando o processo de conhecer a creche, ante de tomar posse] *Exatamente, eu levei a minha esposa até porque eu sabia que ia ter um certo desconforto, por ser homem. Então, levei até por uma questão de imagem, né? ‘Pô ele é pai de família’, ele é casado, a esposa dele tá aqui. Já é um certo cartão de visita para eu poder me prevenir* (Bento).

Relato 2

Aí, vários pais... “Vários pai”, não, várias mães e avós reclamando (...): “Mas vai ser ele que vai dar banho? Não pode ser, não é possível... Homem na creche” (...) Teve outras pessoas que levantaram também e falaram a favor, mas eu fiquei assim: “Caramba, o que eu tô fazendo aqui?” (Gael).

Relato 3

Pergunta: Você lembra que pontos foram abordados nessa reunião em que conversaram sobre a chegada dele?

Educadora: (...) *elas explicaram: essa coisa, esse preconceito, tanto a mulher quanto o homem podem fazer maldade com a criança. Porque a gente só vê, a mamãe, a mamãe, a mamãe... E aí no profissional vê, tem que ser mulher...* (Maria).

Relato 4

A minha esposa falou isso. Que ela também se sentia desconfortável, se ela tivesse que deixar a nossa filha com um homem numa creche. (...) E aí ela falou: “Eu conheço você, claro. Mas se fosse uma pessoa estranha, eu também ia me sentir desconfortável, não sei se deixaria” (Bento).

Em princípio, não surpreende que o ideal heteronormativo seja acionado prontamente nos relatos acima, conforme observa-se que há o acionamento das figuras do “bom pai” e do “bom marido”, na busca pela desejada confiança ainda durante o processo de conhecer as creches para realizar a escolha da lotação profissional.

Evidencia-se rejeição e estranheza, principalmente por parte das figuras femininas (mães, avós) corroborando o quanto os homens estão na posição de estrangeiros no território-creche. Ainda assim, as mulheres que compartilharão mais de perto o cotidiano com eles, assumem uma postura receptiva. Por esses motivos, de posse das entrevistas transcritas, salta

aos olhos a recorrente menção ao pronome pessoal na terceira pessoa — ela —, definindo um lugar de poder e tomada de decisão feminina na instituição, exercido pelas diretoras e pelas AACs mulheres. Essas mulheres, ocupando diferentes espaços na vida dos homens, são destacadas por atuarem como fiadoras do seu bom caráter, promovendo um melhor trânsito masculino nesse território.

No âmbito da análise empreendida, é aceito convite de Michel Foucault para que se empreenda “uma tarefa diferente”:

... não mais tratar os discursos como conjuntos de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam (FOUCAULT 2010a:55).

Assim, apesar de os discursos “serem feitos” de signos, eles não se prestam somente à designação: “o que fazem é mais”. “É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse “mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever (FOUCAULT 2010a:55).

Nesse sentido, o relato abaixo é bastante contundente na verbalização do que parece estar em jogo, quando os homens são mal recebidos em determinadas instituições de Educação Infantil:

Muita coisa mudou hoje, mas a gente sabe, muitas famílias, tem aquela coisa. Pode ser que eu esteja errado, mas as famílias na minha classe social, menos favorecida, tem essa coisa, “mulher faz isso”, “homem faz aquilo”; “A mulher lava, cozinha e passa”; “O homem é o provedor da casa e sai para trabalhar” (Bento).

Ainda que Foucault analise e exemplifique que

Quando se descreve a formação dos objetos de um discurso, tenta-se identificar os relacionamentos que caracterizam uma prática discursiva e não se determina uma organização léxica nem as escansões de um campo semântico... (FOUCAULT 2010b:54),

quando o assunto é a sexualidade e se trata do toque do corpo das crianças, as esferas separadas por gênero e a “animalidade” masculina, estão presentes nessas formulações discursivas:

Muitos acham que a questão de ser homem tem a questão do abuso, acho que eles associam, mas eles esquecem que tanto o homem, como a mulher, podem praticar, não é? (Gael).

É uma regra da creche, o banho ele não dá... (Maria).

Pergunta: Não houve nenhum pedido [para que ele não participasse do banho], mas se tivesse você entenderia? Porque algumas meninas se queixam, porque ficam sobrecarregadas...

Educadora: *Eu entenderia. Eu entenderia porque, pelas pessoas... Elas não estão aqui dentro. Elas não sabem o quê está acontecendo. E a gente vê todo dia na televisão, muita coisa acontecer. As pessoas são muito ruins. O homem tem instinto muito animal, né? Então, assim, pela cabeça delas, para deixar elas tranquilas em deixar as crianças nesse ambiente, eu não me importaria [de dar o banho sozinha]... (Maria)*

Pelos registros acima, “cuidado e violência” são articulados com a presença dos homens, cuja masculinidade estaria ligada ao total descrédito em relação à sua índole, detentores que também seriam de uma sexualidade desenfreada e que, por descontrole, redundaria na perpetração de abusos sexuais contra as crianças (muito embora a perpetração do abuso contra crianças, não esteja sempre relacionada ao exercício sexual, em si; havendo motivações de variadas ordens no âmbito desse tipo de relações violentas).

Pesquisa realizada em 2000 por Tania Salem, merece ser lembrada. Envolvendo 123 pessoas entrevistadas - entre elas 41 homens, com idade entre 18 e 24 anos, das classes média e baixa -, o estudo possibilitou dimensionar como se espera que os homens ajam quando se trata da sexualidade:

As mulheres têm menos necessidade [de relações sexuais]. Por exemplo, a mulher não vai querer transar com o homem por três dias a fio e o homem já vai querer. Se dependesse de mim, era de cinco em cinco minutos [...]. O homem tem mais necessidade porque a carne do homem é mais fraca. (SALEM 2004:18) [Grifos nossos].

Por fim, cumpre observar que, na perspectiva foucaultiana, é importante “... fazer surgir [...], com obstinação, toda a vivacidade da diferença: estabelecer, meticulosamente o afastamento” (FOUCAULT 2010a:5), ressaltando a relevância das discontinuidades. É assim que, ao que parece, os relatos abaixo têm potencial no sentido de possibilitarem o alcance de um dos objetivos aludidos pelo autor, quanto à operacionalidade de suas propostas: após o surgimento do que “é diferente”, cabe “... definir, com o maior carinho, as transformações que, não digo: provocaram, mas constituíram a mudança” (FOUCAULT 2010b:5).

Olha, o meu marido trocou os meus filhos. O meu marido cozinha, costura, porque eu não sei costurar. E eu limpo ralo, essas coisas... Então, talvez, por isso, eu não sinta tanto estranhamento. O meu marido sempre cuidou dos meninos lá em casa. (...) Eu acho que é cultural. Assim como você vê mulher como mecânica, mulher dirigindo caminhão, você tem um estranhamento porque foi sempre

acostumada a ver um homem. E é sempre assim... Quando você vê um homem num local em que você só via mulher, acho que você estranha... Mas eu acho que é preconceito (Zaira)

Considerações Finais

Argumentos baseados na naturalização dos fazeres de homens e mulheres têm sido fortemente acionados para a defesa da forma de organização dos diferentes âmbitos da experiência social. Essa naturalização gira em torno do casal heterossexual e da firme delimitação de normas de comportamento, para homens e mulheres, desde a mais tenra idade. Afinal, em última instância, é da (re)produção da vida que tratar-se-á, refletindo como mulheres e homens “mostram-se”, se movimentam e laboram.

Pesquisa feita por Elizabete Franco Cruz em uma creche oportunizou, por exemplo, seu exame de que, nessa instituição, “*existem dois masculinos que ameaçam, o agressor e o homossexual*” (CRUZ 1998:245). Ela salienta, todavia, que ainda que às avessas, o primeiro remete ao ideal de força e agressividade que caracterizam o estereótipo “do homem”; o homossexual, “... *é negado, representa a inadequação, porque tem comportamentos femininos (...) fugindo do que é considerado um masculino “normal”*” (CRUZ 1998:245-246).

Com efeito, este estudo aqui reportado evidenciou formas pelas quais há o recrudescimento das lutas, no âmbito das relações de poder, em prol da manutenção de uma moldagem heteronormativa. Na concepção de Spargo, “heteronormatividade” é um “*termo que especifica a tendência, no sistema ocidental contemporâneo de sexo-gênero, de ver as relações heterossexuais como a norma*” (SPARGO 2006:67). Já, por “normatividade”, ela entende “*Um tipo de operação de poder que estabelece e promove uma série de normas (comportamento, de ser). (...) as normas tendem a ser moralmente estabelecidas e têm a força de imperativos*” (SPARGO 2006:68).

Com uma nuance diferenciada, no entendimento de Richard Miskolci (2009), a heteronormatividade pode ser entendida como “... *um conjunto de prescrições que fundamenta processos sociais de regulação e controle, até mesmo aqueles que não se relacionam com pessoas do sexo oposto*” (MISKOLCI 2009:156-157). Nesse conjunto, as “orientações corretas” quanto à vivência da sexualidade e dos demais aspectos correlacionados a duas identidades de gênero (ser homem e mulher, como “*manda o figurino*”) é um aspecto, de um grande elenco de “... *pressupostos que embasam toda uma visão de mundo, práticas e, até mesmo, uma epistemologia*” (MISKOLCI 2009:157).

Nossas vivências, assim, são coordenadas e delimitadas por rígidas fronteiras. Fronteiras essas guardadas por variados sujeitos com os quais compartilhamos as atividades cotidianas. No caso das mulheres, algumas

atuam como guardas das fronteiras “de gênero” nas instituições de Educação Infantil, apesar de lutarem pela manutenção de um poder conquistado, “territorializado” em campos tão importantes como o setor educacional e o cuidado com a infância, parecem se esquecer que, muitos anos de luta foram precisos para que elas pudessem desafiar esse mesmo discurso e extrapolar significativos limites.

Por sua relevância, as temáticas aqui ressaltadas estarão a inspirar sempre novos estudos que possibilitem aprofundar a compreensão dos processos de vinculação da mulher e do homem a tarefas que conformam o espaço doméstico e o espaço público. Faz-se mister reconhecer sua influência na valorização de padrões de feminilidade e masculinidade, ainda considerados socialmente como “ideais”, e que têm demandado inclusive, o reenquadramento do homem que ousa circular por territórios “que não seriam seus”.

O mal-estar, as ameaças, os protestos e as denúncias formuladas contra os homens que em 2012 assumiram cargos de AACs são, assim, repercussões bastante emblemáticas. No âmbito da própria luta dos grupos progressistas por igualdade de direitos, a masculinidade como objeto de estudo carece de urgentes investimentos, tendo em vista o alcance das mudanças sociais tanto almejadas.

Referências

ADELMAN, M. & SILVESTRIN, C.B. (Orgs.) (2002). *Gênero Plural*. Curitiba: Ed. UFPR.

ALMEIDA, M. V. (1995). *Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Fim do Século.

BADINTER, E. (1993). *XY: a identidade masculina*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

BOECHAT, W. (Org.) (1997). *O masculino em questão*. Petrópolis: Vozes.

BARBOSA, A.P.T. (2013). *Há guardas nas fronteiras: discursos e relações de poder na resistência ao trabalho masculino na educação da infância* (Rio de Janeiro, 2009-2012). Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em Serviço Social, PUC-Rio.

BOURDIEU, P. (2010). *A dominação masculina*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

CASTLE, T. (1999). A cultura do travesti: sexualidade e baile de máscaras na Inglaterra do século XVIII. In: ROUSSEAU, G. S.; PORTER, R. (Orgs.). *Submundos do sexo no Iluminismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 195-223.

CONNELL, R. (1997). "La organización social de la masculinidad". In: VALDÉS, T. & OLAVARRÍA, J. *Masculinidad/es. Poder y crisis*. Santiago de Chile: FLACSO; Ediciones de Mujeres.

FOUCAULT, M. (2010). "Poder e saber". In: FOUCAULT, M. *Estratégia, poder-saber*. Organização e seleção de textos de Manoel Barros da Motta. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 223-240. (Coleção Ditos & Escritos IV)

____ (2010a). "Verdade e poder". In: FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. 28. ed. São Paulo: Graal:1-14.

____ (2010b). *A Arqueologia do Saber*. 7a. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

GIFFIN, K. (2005). A inserção dos homens nos estudos de gênero: contribuições de um sujeito histórico. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*. v. 10:47-57.

HEILBORN, M.L. & CARRARA, S. (1998) "Em cena, os homens...". *Revista Estudos Feministas*, IFCS/UFRJ, v. 6, n. 2:370-374.

MISKOLCI, R.A. (2009). "Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização". *Sociologias*, ano 11, n. 211:150-182.

MOSSE, G.L. (2000) *La imagen del hombre: la creación de la moderna masculinidad*. Madrid: Talasa Ediciones.

NOLASCO, S. (1995). "A desconstrução do masculino: uma contribuição crítica à análise de gênero". In: NOLASCO, S. (Org.). *A desconstrução do masculino*. Rio de Janeiro: Rocco.

OLIVEIRA, P.P. (2004). *A construção social da masculinidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ.

RIO DE JANEIRO (Município) (2005). Lei N° 3985, de 08 de abril de 2005. Cria no Quadro Permanente do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro a categoria funcional que menciona e dá outras providências. *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, RJ.

SALEM, T. (2004) “Homem... já viu, né?”: representações sobre sexualidade e gênero entre homens de classe popular”. In: HEILBRON, M.L. (Org.). *Família e Sexualidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV: 15-61.

SPARGO, T. (2006). *Foucault e a Teoria Queer*. Rio de Janeiro: Pazulin.

WAGNER, P. (1999) O discurso sobre o sexo, ou o sexo como discurso: erótica médica e paramédica no século XVIII. In: ROUSSEAU, G.S. & PORTER, R. (Orgs.). *Submundos do sexo no Iluminismo*. Tradução de Talita M. Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco:66-93.

Sobre a Autora

Ana Paula Tatagiba Barbosa é professora do Ensino Fundamental (1987), tendo atuado na Prefeitura Municipal de São Gonçalo. É pedagoga, graduada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em 1992; Assistente Social, graduada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 2012. Mestre em Política Social, pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense, em 2006. Doutora em Serviço Social, pelo Programa de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 2013. Atualmente, Professora Associada da Faculdade de Serviço Social da UERJ. Participa do FAVIPP/CNPq – Grupo de Pesquisa “Famílias, violência e políticas públicas”, sediado na PUC-Rio.